

Franz-Wilhelm Heimer

A «transição para a democracia» em Portugal: dois estudos críticos em língua alemã

Rainer Eisfeld, *Sozialistischer Pluralismus in Europa: Ansätze und Scheitern am Beispiel Portugal (Experiências e Fracasso do Pluralismo Socialista na Europa: o Exemplo Português)*, Colónia, Verlag Wissenschaft und Politik, 1984.

Bernd Rother, *Der verhinderte Übergang zum Sozialismus: Politik und Programmatik der Sozialistischen Partei Portugals 1974-1978 (A Transição Impedida para o Socialismo: Política e Programa do Partido Socialista Português, 1974 a 1978)*, Francoforte, Materialis Verlag, 1985.

Indicadores de vária ordem — tais como a criação e a consolidação de instituições de ensino e/ou de pesquisa, o número crescente de revistas académicas, o volume da investigação em curso, a diversidade de colóquios/seminários intensamente participados, para só mencionar alguns dos mais manifestos — demonstram, por forma inequívoca, o desenvolvimento quantitativo e qualitativo das ciências sociais em Portugal a seguir ao 25 de Abril e o consequente aumento/aprofundamento do conhecimento que se tem do próprio País¹. Menos conhecido é, até à data, o impacte que a ruptura e a reorientação do processo político em Portugal tem vindo a provocar também em ciências sociais, mas noutros países.

Até 1974, e excluindo o campo da língua e literatura, os «estudos portugueses» eram, mundo afora, o apanágio de poucos especialistas, cujo empenho tinha, algumas vezes, um carácter próximo da «carolice». É certo que esta situação começou a alterar-se, embora muito ligeiramente, a partir dos anos 60, em função do marcado interesse então manifestado, ao nível internacional, pelo Brasil e pelas (ainda) colónias portuguesas em África. Por ambas as vias, alguns historiadores e politólogos/sociólogos norte-americanos (inclusive canadianos) e oeste-europeus chegaram a estender as suas

¹ As dimensões exactas deste desenvolvimento são postas em relevo pelo projecto «As Ciências Sociais em Portugal: Desenvolvimento e Perspectivas», em curso desde 1983, no quadro do Arnold-Bergstraesser-Institut de Friburgo/RFA e do Centro de Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa.

investigações até à «metrópole» portuguesa, sem que, num primeiro tempo, este movimento tivesse produzido frutos muito significativos (em termos quantitativos).

Com o 25 de Abril inicia-se, no âmbito dos países já mencionados, uma notável expansão e diversificação da pesquisa sobre Portugal, que, dentro de poucos anos, conduziria a uma mudança qualitativa da situação anterior.

Predominam os interesses pela «experiência revolucionária», pela edificação de um novo sistema político, pelas possibilidades/necessidades de uma reestruturação económica (em função da descolonização, como da pretendida integração na CEE), pela emigração e pelo regresso da mão-de-obra, pelas modificações na estrutura social. Ao mesmo tempo, procura-se colocar o processo posterior a 1974 numa perspectiva histórica, mediante investigação sobre os dois períodos imediatamente anteriores, a Primeira República e a ditadura salazarista.

Convém ressaltar uma característica bastante específica deste desenvolvimento, ou seja, o alto grau de comunicação entre as pessoas que nele participam. Tal comunicação estabelece-se, desde meados dos anos 70, não apenas no interior dos países mais importantes, senão também entre países. Ultrapassam-se, neste processo, os habituais bloqueamentos resultantes da delimitação entre disciplinas académicas e os contactos pessoais recebem vigorosos impulsos pela dezena de conferências internacionais sobre Portugal que se realizam, na área das ciências sociais, a partir de 1975 ².

Neste contexto, foi de importância capital o facto de os circuitos internacionais de comunicação científica terem contado, desde o início e de forma cada vez mais ampla, com a participação de sociólogos, historiadores, economistas, assim como de geógrafos, politólogos, antropólogos e psicólogos sociais portugueses. Reflectindo o desenvolvimento das ciências sociais em Portugal, tal presença teve duas consequências decisivas. Por um lado, contribuiu de maneira determinante para uma dinâmica que, neste momento, aponta para a constituição, no campo dos estudos em ciências sociais sobre Portugal, de uma *scholarly community* internacional integrada, capaz de evitar as compartimentações estéreis, frequentes noutras áreas. Por outro lado, levou a uma situação em que o «centro de gravidade» desta comunidade é, desde já, constituído pela «produção científica» em Portugal.

Estas verificações globais não são invalidadas por uma outra, a saber que as constelações variam actualmente bastante, de sector para sector. Ao lado de muitas temáticas por ora exclusivamente estudadas em Portugal existem algumas que, até hoje, só foram tratadas a partir de outros países; outras ainda são objecto de esforços mutuamente complementares e, às vezes, comuns ³.

O desenvolvimento dos estudos em ciências sociais sobre Portugal que se tem vindo a verificar na República Federal da Alemanha insere-se bem no quadro acima esboçado.

² Na promoção da comunicação aqui referida, o papel mais importante coube, provavelmente, ao International Conference Group on Portugal e às conferências por ele organizadas nos EUA e no Canadá.

³ Contribuirá para esta evolução o número crescente de projectos de investigação empreendidos, em comum, por portugueses e não portugueses, assim como a integração, por períodos de duração variável, de cientistas sociais portugueses em instituições estrangeiras e inversamente.

Antes de 1974, e ao contrário do que sucedeu em relação a outros países, Portugal esteve praticamente ausente das ciências sociais na RFA, exceptuando a geografia e, muito marginalmente, a história. Com o 25 de Abril surge um interesse mais amplo, mas extremamente disperso, nas disciplinas da economia, da sociologia, da ciência política e (pontualmente) da antropologia social, enquanto o já existente na geografia e na história se mantém e se (re)afirma. Graças a uma multiplicidade de apoios institucionais, reflexos (positivos) de uma estrutura descentralizada no domínio da cultura/educação/ciência, uma proporção relativamente elevada dos cientistas alemães interessados em Portugal consegue traduzir a sua motivação em pesquisa⁴. Durante vários anos, estas pessoas tiveram, no entanto, pouco contacto entre si e geralmente desconheciam até a existência umas das outras. Em 1980, bem mais tarde do que na Grã-Bretanha e nos EUA, criou-se uma estrutura de articulação, que desde então tem desenvolvido esforços eficazes na promoção do intercâmbio interno e externo⁵.

Nestas condições, o período até 1981-82 caracterizou-se, ao nível dos trabalhos publicados, por uma preponderância dos estudos sobre a «experiência revolucionária» de 1974-76 e algumas das suas repercussões imediatamente posteriores, assim como de análises da economia portuguesa em relação à CEE⁶. Nos últimos anos, os temas económicos continuaram a ocupar um espaço de certa importância, acrescentando-se mais recentemente à problemática da integração na CEE⁷ e do impacto do FMI⁸. Em contrapartida, os escritos políticos de natureza mais ou menos conjuntural cederam, entre-

⁴ Entre 1974 e 1985, cerca de 50 pessoas terão participado, na RFA, em projectos (de envergadura muito diversa) de investigação em ciências sociais sobre Portugal.

⁵ A constituição desta estrutura, a Portugalsektion do ASFSP (Arbeitskreis Sozialwissenschaftliche Forschung zu Spanien und Portugal), deu-se no contexto de um encontro luso-alemão organizado em Lisboa, em colaboração com o então Gabinete de Investigações Sociais, hoje Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e o Centro de Estudos da Dependência (CEDEP), do Instituto Superior de Economia de Lisboa. Sobre este encontro e algumas conferências ulteriores veja as notícias em *Estudos de Economia*, 1 (1), 1980 e 3 (2), 1983, bem como em *Cadernos de Ciências Sociais*, 1, 1984.

⁶ Veja Guy Clause, «A mais recente literatura de expressão alemã sobre problemas económicos e sociais em Portugal», in *Estudos de Economia*, 3 (1), 1982, pp. 91-96.

⁷ A problemática global é tratada em Gerhard Grohs, Eduardo Maia Cadete e Michael Noelke, *Portugals Beitritt zur Europäischen Gemeinschaft: Probleme der Europäischen Integration*, Bona, Europa Union Verlag, 1982, e em Jürgen B. Donges, Christiane Krieger, Rolf J. Langhammer, Klaus-Werner Schatz e Carsten S. Thorve, *The Second Enlargement of the European Community: Adjustment Requirements for Policy Reform*, Tubinga, J. C. B. Mohr Verlag, 1982. Aspectos específicos são estudados em Guy Clause, «Portuguese Emigration to the EEC and the Utilization of Emigrants' Remittances», e Christian Deubner, «The Paradox of Portugal's Industrialization: Emigrant Labour, Immigrant Capital and Foreign Market», ambos em T. C. Bruneau *et al.* (orgs.), *Portugal in Development*, Otava, University of Ottawa Press, 1984, pp. 143-166 e 167-182, respectivamente; Stefan Tobisch, «A política de desenvolvimento regional da CEE e o processo de descentralização em Portugal», in *Res Publica* (no prelo); Christian Deubner, Guy Clause e Michael Noelke (orgs.), *Economic Relations Between Spain and Portugal in a Twelve-Nation European Community*, Bruxelas, European Research Associates, 1984; Guy Clause, «South Enlargement of the EEC: Iberian Integration and the Concept of a Region», in Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (org.), *Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984, pp. 443-455.

⁸ Veja o capítulo sobre Portugal, da autoria de Gero Maass, em Peter Körner, Gero Maass, Thomas Siebold e Rainer Tetzlaff, *Im Teufelskreis der Verschuldung: Der Internationale Währungsfonds und die Dritte Welt*, Hamburgo, Junius Verlag, 1984 (edição inglesa: *The IMF and the Debt Crisis: The Third World's Dilemma*, Londres, Zed Books, 1985).

tanto, o lugar a um conjunto de pesquisas de maior fôlego que se propõem analisar, em profundidade, aspectos do processo político desencadeado em 25 de Abril ⁹.

São estas últimas pesquisas que, a partir de 1982, começam a constituir a nota dominante dos estudos portugueses na RFA. Importa salientar que a investigação aqui referida se não coloca mais na perspectiva de uma ciência política de cunho constitucionalista, adoptada na primeira obra alemã de vulto sobre a política portuguesa posterior a 1974 ¹⁰. Independentemente da sua vinculação a diferentes disciplinas académicas, todos os trabalhos em foco se enquadram em tradições teóricas e metodológicas que são constitutivas da sociologia política. Tematicamente, concentram-se, até à data, em algumas grandes áreas: a orientação ideológica do sistema político no seu conjunto, os partidos políticos, os sindicatos, as *élites* políticas, eleições e participação política, cultura política, sociedades rurais e Reforma Agrária.

Iniciados nos últimos anos, os projectos em questão encontram-se geralmente ainda em curso. Resultados preliminares foram apresentados e discutidos, a partir de 1983, por ocasião de colóquios realizados na RFA, em Portugal e nos EUA. Em fins de 1984 e meados de 1985, respectivamente, foram publicados os dois primeiros trabalhos de maior envergadura elaborados neste contexto — os dois livros que são o objecto central da presente recensão.

Ambos se caracterizam por uma indagação (ainda) relativamente «abrangente», que em Portugal ocupou durante bastante tempo um lugar de destaque nos debates políticos, mas que, salvo excepção pontual ¹¹, só fora de Portugal foi, até hoje, adoptada em trabalhos de índole académica: a saber, a natureza do processo de transição da «fase revolucionária» para o sistema político actualmente existente. Ambos se distanciam, porém, das análises que, explícita ou implicitamente, consideram o processo ocorrido desde o 25 de Abril, simplesmente, como a passagem de um regime ditatorial para «a democracia» — uma «normalização» mais ou menos bem sucedida e apenas inicialmente (e por um breve espaço de tempo) ameaçada por uma espécie de «zona de turbulências». Os autores de ambos os livros consideram indispensável, inclusive para fundamentar diagnósticos correctos da situação actual (e prognósticos dos possíveis futuros), que se investigue em profundidade a maneira como, nos anos imediatamente posteriores ao fim da ditadura, se processou a opção entre os diferentes modelos políticos então propostos.

O livro de Rainer Eisfeld, professor de Ciência Política da Universidade de Osnabrueck, norteia-se por um «objecto teórico» claramente definido. Desde os anos 60, o autor participa, de forma intensa, na discussão/investigação internacional sobre formas de pluralismo político ¹². Os seus interesses

⁹ A colectânea organizada por Michael Vester, Fritz von Wedel, Karl Heisel e Wolfgang Sieber, *Die vergessene Revolution: Sieben Jahre Agrarkooperativen in Portugal*, Francoforte, Materialis Verlag, 1982, assinala, de certo modo, a transição de uma fase para a outra.

¹⁰ Veja André Thomashausen, *Verfassung und Verfassungswirklichkeit im neuen Portugal*, Berlim, Verlag Duncker & Humblot, 1981.

¹¹ Veja Joaquim Aguiar, *O Pós-Salazarismo: As Fases Políticas no Período 1974-1984*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985.

¹² Veja o seu livro *Pluralismus zwischen Liberalismus und Sozialismus*, Estugarda, Kohlhammer Verlag, 1972.

conduzem-no a integrar, nos anos 70, o Research Committee on Socio-Political Pluralism, da International Political Science Association. As investigações deste grupo — que inclui participantes polacos e jugoslavos, para além de oeste-europeus, norte e latino-americanos — dão relevo especial à questão do condicionamento, pela existência dos dois grandes «blocos» internacionais, das tentativas feitas em vários países no sentido de introduzirem formas «não conformistas» (em relação aos critérios dominantes do respectivo bloco) de pluralismo político. Neste contexto, uma atenção especial é dada ao «pluralismo socialista», conceito simultaneamente analítico e normativo que implica uma diversidade de forças políticas e ideológicas (efectivamente) autónomas umas em relação às outras, mas unidas pelo propósito de transformar a sociedade num sentido socialista. Com respeito a um modelo desta natureza, uma questão crucial que se coloca é, obviamente, a da sua viabilidade em relação às dinâmicas dominantes dos dois blocos internacionais. No Leste, em razão do monolitismo «ortodoxo», empenhado em impor-se contra todos os «desvios»; no Oeste, em razão de um tipo de relações económicas e sociais («relações sociais de produção», noutra linguagem) que, ao nível político, não admite modelos capazes de «subverter» tais relações.

É nesta perspectiva que Rainer Eisfeld analisa a experiência portuguesa dos anos de 1974 a 1983¹³. A sua hipótese de partida é que, logo a seguir ao 25 de Abril, o modelo proposto ao País foi o do «pluralismo socialista» e que, no início dos anos 80, tal modelo está, de facto, inteiramente abandonado. Esta hipótese serve como fio condutor para uma reconstrução analítica do processo político ocorrido na última década, em termos, antes do mais, de uma interacção entre actores internos: para além dos partidos políticos — onde o PS e o PCP merecem uma atenção especial, enquanto o PPD/PSD e o CDS aparecem, no fundo, como duas faces da mesma medalha — destaca-se, não apenas o MFA, com as suas diferentes correntes, como também o movimento do «poder popular», considerado como actor político (relativamente) autónomo. A periodização proposta corresponde a quatro «padrões de interacção» entre estes actores:

- 1974-75: Consenso (hipotético) sobre um modelo de «pluralismo socialista», entre MFA/poder popular/PS/PCP, tornado cada vez mais ilusório pelos conflitos entre estes actores.
- 1975-76: Enfraquecimento do «poder popular», do MFA e do PCP, mas, ao mesmo tempo, adopção de uma Constituição que (ainda) inclui muitos elementos do modelo do «pluralismo socialista».
- 1976-78: O PS governa «contra a Constituição», apoiando-se nos «partidos da direita» para esvaziar o projecto do «pluralismo socialista».
- 1979-83: Em constelações partidárias variáveis — AD e Bloco Central — afirma-se uma variante liberal-conservadora do pluralismo político.

A reconstrução ensaiada por Rainer Eisfeld, extraordinariamente densa e consequente, comporta uma informação factual rica e um grande número de hipóteses explicativas em relação ao comportamento dos actores. Entre

¹³ As suas publicações anteriores sobre Portugal incluem «Political and Economic Problems of Portugal's Accession to the EEC», in *Assuntos Europeus*, 3, 1982, pp. 344-381, e «A 'Revolução dos Cravos' e a política externa: o fracasso do pluralismo socialista em Portugal a seguir a 1974», in *Revista Crítica de Ciências Sociais* 11, 1983, pp. 95-129 (com ampla recensão em *O Jornal* de 8 de Julho de 1983).

estes, o PS é analisado com maior intensidade, em razão do papel-chave que lhe é atribuído na inviabilização do projecto de um «pluralismo socialista».

Ao nível da «redução analítica» aqui utilizada, a reconstrução do processo interno, oferecida no livro sob exame, aparecerá, provavelmente, como relativamente pacífica a boa parte dos observadores (participantes ou não), enquanto as valorações subjacentes, assim como numerosos aspectos de pormenor, contêm matéria para acesos debates. A dimensão mais controversa do trabalho de Rainer Eisfeld será, no entanto, constituída pela sua tentativa de localizar/equacionar, na perspectiva da achega acima referida, as condicionantes externas do processo político em Portugal.

A este respeito, o esforço central do livro consiste em pôr a descoberto a maneira como os principais países do «bloco ocidental», directamente ou por intermédio de estruturas como as Comunidades Europeias e a OTAN, exerceram pressões políticas e económicas sobre os actores em Portugal, com o intuito de fazê-los abandonar o modelo do «socialismo pluralista». Para Rainer Eisfeld houve, neste campo, uma «divisão de trabalho» que levou o Governo e os partidos políticos da RFA a assumirem um papel de relevo na defesa do «pluralismo liberal», em Portugal como em Espanha. Membro da SPD durante vários anos, Eisfeld examina com especial atenção o papel desempenhado, em Portugal, pelo seu (antigo) partido, nomeadamente através da Fundação Friedrich Ebert. A sua conclusão é a de que — não obstante os discursos de legitimação por parte dos actores (portugueses e não portugueses) envolvidos — o conjunto das influências exercidas pelo «bloco ocidental» constituiu uma condicionante essencial, se não o factor decisivo, do fracasso do projecto do «socialismo pluralista»¹⁴.

Este vector do estudo de Rainer Eisfeld exige uma problematização crítica, em razão da maneira algo linear com que são tratados a motivação e o impacto das influências externas em Portugal.

Quanto à motivação, a hipótese de base é a de que houve uma convergência (tácita) entre os blocos ocidental e oriental, no sentido de ambos rejeitarem a tentativa portuguesa (como rejeitariam qualquer outra tentativa) de procurar uma «terceira via» entre o «pluralismo liberal-capitalista» e o «socialismo real». O Leste, desistindo — a favor de uma avanço na África de língua oficial portuguesa — de uma intervenção séria, destinada a impor o seu sistema em Portugal, teria deixado o campo livre para que o Oeste possa, no seu âmbito, impedir um precedente incómodo. No livro de Eisfeld, estas hipóteses não constituem, porém, conclusões assentes num exame sistemático do comportamento dos actores internacionais, no contexto do «caso português». Para o autor, a intolerância dos dois blocos, em relação a «desvios» na sua respectiva esfera de influência, faz parte de uma lógica de reprodução sobejamente comprovada e que a recente experiência portuguesa, no fundo, apenas serve para ilustrar. A este nível, Eisfeld não procede, na realidade, à verificação/falsificação — possível e útil — das suas hipóteses, o que não deixa de limitar, de alguma forma, o alcance da sua contribuição.

¹⁴ Indicações no mesmo sentido aparecem em Christian Deubner, *Der unsichere 'Europäische Konsens' in den iberischen Ländern: Der Beitritt zur EG als soziales und innenpolitisches Problem in Portugal und Spanien*, Baden-Baden, Nomos Verlag, 1982, e Beate Kohler, *Politischer Umbruch in Südeuropa: Portugal, Griechenland und Spanien auf dem Weg zur Demokratie*, Bona, Europa Union Verlag, 1982.

Com respeito ao impacto, a argumentação do estudo parece, implicitamente, assente no pressuposto de que a existência de intervenções externas é, por si só, um indicador fiável da sua eficácia, em termos de condicionamento do processo interno — o que, em nosso entender, não constitui um procedimento válido. É óbvio que houve em Portugal todas as pressões apontadas por Rainer Eisfeld — e mais uma série de outras no mesmo sentido¹⁵. Em especial, é líquido e certo que o Governo e os principais partidos políticos da RFA concluíram, em 1974, um verdadeiro pacto que serviu de base para um apoio concertado, político e material, às forças políticas portuguesas favoráveis ao «modelo ocidental». E não há dúvida de que a SPD e a Fundação Friedrich Ebert, ao contribuírem de forma particularmente maciça para a consolidação do PS, se empenharam, simultaneamente, em demover este partido da adesão ao «pluralismo socialista» em 1974-75 que o seu discurso expressava. Só que é preciso perguntar em que medida o conjunto destas intervenções contribuiu, efectivamente, para inflectir o rumo dos acontecimentos em Portugal. Parece-nos lícito supor que a opção contrária ao «pluralismo socialista» se deveu, essencialmente, à interacção entre as forças políticas do País, aos interesses por elas articulados e às ideologias pelas mesmas internalizadas — em conjugação com uma cultura política cujas características estão por estabelecer. Não se pode excluir a possibilidade de que a «parte da variância» explicável pela intervenção externa nem sequer tenha chegado a ser muito significativa. Os elementos fornecidos por Rainer Eisfeld e outros¹⁶ tornam difícil recusar a conclusão de que, na fase crítica dos primeiros anos posteriores ao 25 de Abril, o apoio político e material prestado pela SPD tenha sido encaminhado por forma a reforçar mais especialmente a posição de Mário Soares dentro do PS, portanto da corrente mais reticente/contrária em relação ao «socialismo pluralista». Mesmo assim, não parece justificado supor que este factor tenha sido decisivo para «desencaminhar» o PS (ou para o fazer «cair para o lado certo», como dirão outros).

Convém sublinhar que as reservas que acabámos de apontar não implicam, em absoluto, uma apreciação negativa do estudo na sua globalidade. Bem ao contrário: a achega proposta aparece não só como um instrumento válido (entre outros) para equacionar as opções fundamentais que estiveram, historicamente, em jogo depois do 25 de Abril, fugindo às pinturas em preto e branco que continuam a prevalecer; apesar da presente conjuntura ideológica (e psicossocial), que não favorece a flexibilidade e a abertura, a mesma achega poderá ainda constituir uma contribuição útil para o debate sobre os actuais bloqueamentos¹⁷ e as estratégias capazes de os superar.



O livro de Bernd Rother, embora recorra a uma linguagem analítica inteiramente diferente, situa-se numa perspectiva bastante próxima da adoptada por Rainer Eisfeld. Membro da SPD até hoje, com posições de certo

¹⁵ As reportagens publicadas em jornais portugueses em 1984-85 cobriram apenas parte da matéria.

¹⁶ Veja, por exemplo, Rolf Stender, *Reaktionen und Einflussnahmen der SPD auf die Entwicklung in Portugal vom April 1974 bis zum April 1976*, tese de licenciatura, Freie Universität Berlin, 1977.

¹⁷ Veja, a título de exemplo, José Durão Barroso, «Capacidade de adaptação e incapacidade de decisão: o Estado Português e a articulação política dos interesses sociais desde 1974», in *Análise Social*, n.º 83, 1984, pp. 453-465.

modo comparáveis às de Jean-Pierre Chevènement no PSF, Rother empreende neste trabalho, que foi a sua tese de doutoramento, um estudo do papel do PS na orientação tomada pela sociedade portuguesa de 1974 a 1978.

A sua posição está fortemente marcada pelo debate na Europa ocidental dos anos 60 e 70 acerca da «via democrática para o socialismo» — a «terceira via», distinta das seguidas pelos marxistas-leninistas, como pela social-democracia. Neste contexto, Rother acusa influências nomeadamente das ideias de autores italianos, como Antonio Gramsci e Pietro Ingrao, de «austro-marxistas», como Otto Bauer, e de teóricos, como Nicos Poulantzas e Christine Buci-Glucksmann, em França. Uma das suas preocupações centrais é, por conseguinte, o papel do aparelho de Estado numa transição do tipo «terceira via»; ele aceita e faz seus os postulados de uma concepção não instrumentalista, desierarquizada/descentralizada e participativa/pluralista do Estado. Uma preocupação concomitante refere-se à constituição de «blocos hegemónicos» capazes de servirem de suporte a projectos sociais conizentes com esta orientação.

Em tal perspectiva, Portugal reveste-se, imediatamente a seguir ao 25 de Abril, de um interesse óbvio, dada a hipótese de o País vir a enveredar por uma ou outra variante da «terceira via». Hipótese esta que, para parte da esquerda europeia — à qual parece ter pertencido Bernd Rother —, não «morreu» com o 25 de Novembro: nos sectores em questão esperava-se, ao contrário, que — travado o avanço do PCP e da extrema esquerda e afastado o perigo de uma ditadura de esquerda ou de direita — um PS distanciado do «desvio» social-democrata viria a liderar a transição para um socialismo democrático (no sentido dos postulados da «terceira via»). O livro concentra-se, por isso, no período que termina com o afastamento do PS do Governo, em 1978, interrogando-se sobre as razões que levaram este partido a rejeitar (ou a não desempenhar) um papel que, em tese, a conjuntura lhe oferecia e para o qual o seu próprio discurso (anterior) parecia impeli-lo.

Contrariamente a Rainer Eisfeld, Bernd Rother não procura as suas respostas do lado das condicionantes externas. Em vários momentos, o seu livro revela um conhecimento exacto da intervenção exercida, junto ao PS, pela Fundação Friedrich Ebert e instituições de outros países. A sua análise reflecte, no entanto, a convicção de que as causas do processo sob exame residem, essencialmente, na dinâmica política, económica e social interna.

Esta convicção leva-o a interrogar-se sobre a «conjuntura» da sociedade portuguesa anterior a 1974 que condicionou a génese do PS e a debruçar-se mais demoradamente sobre a «conjuntura» em que o PS se inseriu depois do 25 de Abril. Contra este pano de fundo, analisa a implantação/composição social do partido, as suas relações com as outras forças políticas, especialmente as passíveis de participarem em projectos de transformação socialista, assim como, de maneira muito detalhada, a política seguida pelo PS enquanto governo¹⁸.

Com respeito à sua indagação central, Bernd Rother chega à conclusão de que a hipótese de uma «terceira via» não foi, em 1974-75, uma mera qui-

¹⁸ A política económica do PS em 1976-78 já havia sido analisada por Bernd Rother, no quadro de uma discussão sobre estratégias económicas seguidas por vários partidos socialistas ou sociais-democratas, em «Wirtschaftspolitik von Sozialisten in der Krise: Der Fall Portugal», in *Politische Vierteljahresschrift*, 25 (2), 1984, pp. 156-168.

mera, mas existia de facto, dado o grau de mobilização da população e o poder detido pelo conjunto das organizações políticas «de esquerda».

Simultaneamente, sublinha que a concretização de um projecto desta natureza tinha, desde o início e em cada momento, como pressuposto a adesão decidida do PS — o que leva à questão de saber se, e em que condições, o PS poderia ter assumido uma posição (inequívoca, consequente e efectiva) deste tipo.

A resposta a esta questão não possui, para Bernd Rother, o carácter de evidência que muitas vezes se lhe confere. Para ele, a opção do PS não estava tomada desde o início, mas decidiu-se ao longo de um processo cujo fim definitivo se deu só em 1976-77. O discurso simultaneamente anticomunista e anti-social-democrata, adoptado desde antes do 25 de Abril, não reflectiu nem uma posição inteiramente assumida, nem o simples oportunismo de quem deseja ampliar a sua audiência e adaptar-se ao «clima político» vigente. A razão fundamental que impossibilitou uma junção com as outras forças de esquerda, ao redor de um projecto do tipo «terceira via», foi, para Rother, o facto de o PCP e várias formações menores terem recusado o princípio da «democracia política» — o «pluralismo socialista» advogado por Rainer Eisfeld.

Sendo impossível, sem uma frente comum da esquerda, a constituição de um «bloco hegemónico» autêntico de cariz popular, o PS — animado pelos resultados eleitorais de 1975-76 — parte, segundo Rother, para uma tentativa de alcançar sozinho uma hegemonia política, baseada no apoio (essencialmente eleitoral) por parte de um conjunto bastante heterogêneo de segmentos populacionais, com ampla predominância de (diferentes categorias de) assalariados. O Partido opta, não se sabe com que grau de consciência, por uma concepção nitidamente instrumentalista do Estado (um «reformismo de Estado»). Recusando assentar na dinâmica de um movimento social, encaminha-se para uma «revolução passiva», equivalente a uma «modernização» capitalista. Entre as variantes possíveis desta última, tende para uma política orientada «para fora» que acentua a dependência externa da economia portuguesa. O *constat d'échec* que se produz em 1978 tem duas razões básicas: a política seguida pelo PS enquanto governo alienou-lhe uma parte substancial dos assalariados; a sua credibilidade enquanto partido diminuiu significativamente, em função de uma «deficiência manifesta» de competência técnica e de capacidade governativa de ordem organizativa.



Os livros de Rainer Eisfeld e de Bernd Rother são representativos dos actuais trabalhos sobre Portugal, a realizarem-se na RFA, não em razão das perspectivas ideológicas adoptadas pelos autores — embora estas sejam compatíveis com uma sensibilidade compartilhada por uma série de outros autores alemães¹⁹ —, mas pelo facto de examinarem o processo político a seguir ao 25 de Abril com uma atenção intensa, onde se conjugam o rigor científico e o «engajamento» pessoal. A amplitude das fontes escritas e orais uti-

¹⁹ Veja as recentes contribuições sobre a actual crise em Portugal por Rainer Eisfeld, Gero Maass, Uwe Optenhögel, Bernd Rother e Rolf Stender, na revista de reflexão socialista *links*, 17 (184/5), 1985.

lizadas e o cuidado, às vezes extremo, em apresentar análises diferenciadas (e «cobertas» pelo material empírico recolhido) vão de par com uma identificação que nada tem a ver com a atitude de quem «guarda distância em relação ao seu objecto», seja em nome da falácia objectivista, seja porque não consegue deixar de «sentir» sociedades diferentes da sua como «estranhas». Características estas que parecem de natureza a favorecer o aproveitamento dos dois estudos no contexto da comunicação científica — e talvez não só.